



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO  
DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI.**

**REF.: Recurso Administrativo.  
Pregão Eletrônico nº 05/2021 - Lote 02.**

**CGM ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.469.574/0001-39, com sede a Rua Padre Mário Labarbuta, 297, Bairro Pinheirinho, na Cidade de Criciúma/SC, CEP 88804-690, por seu administrador abaixo firmado, tempestivamente, vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar recurso contra inabilitação e solicitar o deferimento do mesmo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Criciúma/SC, 11 de outubro de 2021.

Bruno Bianchin Machado  
Administrador



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI.**

**REF.: Recurso Administrativo.  
Pregão Eletrônico nº 05/2021 - Lote 02.**

**CGM ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, já qualificada no ofício preambular, por seu administrador abaixo firmado, vem, à presença de Vossa Senhoria, a fim de apresentar

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra inabilitação, apresentando no articulado as razões de fato e de direito que passa a expor.

#### **I - DA RESSALVA PRÉVIA**

A recorrente manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho de Vossa Senhoria, da equipe de apoio, e de todo o corpo de funcionários do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI.

As divergências objeto do presente recurso referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações, da Jurisprudência e da Doutrina em relação ao procedimento licitatório em exame, não afeta, em nada, o respeito da recorrente pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

No mais, a recorrente afirma seu total interesse e disposição em prestar serviços a esta instituição, no entanto, não pode deixar de questionar a decisão de Vossa Senhoria que julgou inabilitada a recorrente.

#### **II - DA SÍNTESE FÁTICA**

A recorrente foi inabilitada pelo ilustre pregoeiro.

Em apertada síntese, alega o Sr. Pregoeiro que a recorrente não atendeu o item 9.5.4, alínea “a”, do edital de licitação, apresentou contrato de prestação de serviços técnicos sem assinatura.

### **III - DAS RAZÕES DO RECURSO**

#### **a) Contrato de Prestação de Serviços Técnicos sem Assinatura**

Evidentemente restou constatado a existência de uma inconsistência no tocante ao cumprimento do item 9.5.4, alínea “a”, do edital de licitação, visto que a recorrente apresentou contrato de prestação de serviços técnicos (CGM x Regis da Silva) sem as devidas assinaturas, onde por um lapso, enviou o referido contrato, porém sem a vinculação da assinatura de certificado digital, tudo devido ao sistema utilizado pelo CIM-AMAVI, que permite anexar apenas um arquivo para a comprovação de vínculos, assim optamos por juntar todos os documentos em um único arquivo em formato PDF, ao unificar os arquivos, os campos de assinatura sumiram. Mesmo o contrato ter sido assinado pelas partes (CGM x Regis da Silva) com certificado digital, anteriormente a data de abertura da licitação, tratando-se de uma condição preexistente (comprovantes em anexo).

No presente caso, a recorrente cometeu um equívoco na juntada dos documentos, o que sobremaneira, e em conformidade com os entendimentos mais recentes, não deve culminar em sua inabilitação de pronto.

Em outros tempos o formalismo procedimental sobressaia-se aos fins do procedimento licitatório, entendimento este, que em dias atuais evoluiu, onde os já sólidos pilares da convicção que em compras públicas o importante é o resultado pretendido e não o processo burocrático, devem prevalecer, ou seja, a finalidade do processo (busca da proposta mais vantajosa) deve sempre sobressair-se aos meios (processo burocrático), sendo neste sentido o recente **Acórdão nº 1211/2021-P do Tribunal de Contas da União**, que traz a seguinte ementa:

**1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).**

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto

10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

Situação análoga, é o presente caso. Conforme dito alhures e faz prova o contrato de prestação de serviços técnicos, devidamente assinado com data anterior a licitação, em anexo, trata-se da juntada de documento para comprovação de condição pré-existente a data de abertura da licitação. Logo, por uma falha procedimental, não se juntou a vinculação da assinatura de certificado digital, mas trata-se de condição preexistente do licitante, devendo aceitar-se escoimar o vício e habilitar a ora recorrente, sendo esta, a exegese do entendimento mais atual dos órgãos de controle.

Ademais, é sabido que o Pregoeiro e a equipe de apoio, tem as prerrogativas de realizar diligências e reuniões públicas, tantas quanto julgarem necessárias com a finalidade de esclarecer e sanear o processo.

Por oportuno, e visando contribuir com o entendimento, o conceito de formalismo moderado nos processos licitatórios é atualmente consolidado, e visa cada vez mais respaldar julgamentos racionais, que buscam alcançar a atividade finalística da administração em detrimento aos procedimentos meio. O recente Acórdão do TCU citado é prova desta evolução, tornando a possibilidade de juntada de documento para comprovação de condição pré-existente a abertura do processo licitatório uma realidade, o que em outros tempos era impensável.

Na instrução do referido Acórdão, o Relator, Walton Alencar, ponderou a vasta jurisprudência do Tribunal no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo, defendendo que a vedação à inclusão de documento *“que deveria constar originariamente da proposta”*, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, **deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação.**

Ratificando esse entendimento, **o art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021 admite expressamente a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame.**

Portanto, considerando que a inabilitação da empresa ora recorrente se deu por uma falha perfeitamente escoimável, visto que a recorrente é detentora de documentação hábil a comprovação de atendimento ao item 9.5.4, alínea “a”, do edital de licitação, disponível em momento anterior a abertura da licitação, deve proceder-se com a juntada deste ao processo para saneamento da falha formal e habilitar a recorrente.

#### **b) Princípio da Economicidade e Eficiência (proposta mais vantajosa)**

É certo que a finalidade principal da licitação é selecionar a busca mais vantajosa (art. 3º, da Lei nº 8.666/1993); e neste caso, a proposta mais vantajosa será aquela que ensejar o menor dispêndio por parte da Administração.

Nesta esteira, assevera a doutrina que é absolutamente indispensável que empresários, administradores, juízes, membros do Ministério Público e legisladores entendam que licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital. Desta forma, a desclassificação da empresa, que possui total condições de ofertar a melhor proposta de preços, e a procedência da licitação com os demais licitantes, está a Administração Pública ferindo o objetivo principal da licitação, como o princípio da economicidade no sentido da Administração Pública deixar de selecionar a proposta mais vantajosa do tipo menor preço.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, define os Princípios Basilares da Administração Pública, ao definir:

“A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Com base no artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, temos que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para administração pública devendo ser considerado os princípios da eficiência, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Interpretando as disposições do artigo 3º, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor Marçal Justen Filho assevera:

“Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com

os princípios do art. 3º” (in ‘Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54).

Não obstante, a licitação tem como objetivo principal a proposta mais vantajosa e isso está relacionada ao princípio da economicidade. In verbis, segue doutrina de Marçal Justen Filho:

“Os fins buscados pela licitação: as “vantajosidades”. Toda e qualquer contratação administrativa envolve uma solução quanto ao uso de recursos escassos de titularidade de um sujeito administrativo. Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais eficiente para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade. Portanto e como regra, a licitação visa obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração. A Vantajosidade pode ser enfocada sob uma dimensão econômica, o que conduzirá a uma avaliação da questão sob o prisma da eficiência. Trata-se de determinar a proposta que assegurará o aproveitamento racionalmente mais satisfatório dos bens econômicos.” (JUSTIN FILHO, MARÇAL. Comentários a Lei de Licitação. 2016. p.97).

Sendo o fim da licitação a escolha da proposta mais vantajosa, deve o administrador estar incumbido de honestidade ao cuidar coisa pública, não dispendendo, ao seu talante, recursos desnecessários. Relaciona-se com o princípio da moralidade bem como com o da eficiência, este inserido no texto constitucional pela Emenda nº 19/1989.

Marçal Justen Filho, no tocante ao princípio da economicidade assim afirma:

“...Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos”. (Justen Filho, 1998, p.66).

Sendo assim, caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-a vulnerável à sua desconstituição.

**Acontece que, está Administração Pública não vai aderir à proposta mais vantajosa para a contratação de projetos de engenharia para obras de pavimentação, uma vez que, inabilitou a recorrente, comprometendo assim com o Princípio da Eficiência que por sua vez, visa ditar ao gestor público o dever de celeridade, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade por ocasião da concretização de seus atos administrativos, deixando assim, de economizar R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) nessa única contratação.**

Este princípio visa combater o mau uso dos recursos públicos, bem como, a ausência de planejamento na gestão pública.

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos:

“pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.” (DI PIETRO, 2002, p. 83).

Carlos Pinto Coelho, citando o Professor Hely Lopes, assim resume o entendimento:

“... dever de eficiência é o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com a legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”. (Carlos Pinto Motta, 1998, p.35).

Por fim, considerando os fundamentos jurídicos aqui expendidos, são diretrizes principalmente perante os Agentes Públicos, de constituírem a proteção ao interesse público, sendo um deles a proposta mais vantajosa, e claro o menor preço.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Face o exposto e do mais que for acrescido por Vossa Senhoria, a recorrente requer, respeitosamente, que seja o presente recurso recebido e conhecido, em todos os seus termos, sendo atribuído o efeito suspensivo, conforme o § 2º, do art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

Como ficou demonstrado, a documentação apresentada pela recorrente atendeu todos os requisitos, estando em conformidade com o edital de licitação e a legislação que disciplina os processos licitatórios.

Requer, ainda:

- ✓ **A anulação da decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando a empresa CGM Engenharia e Topografia Ltda, CLASSIFICADA e HABILITADA no presente certame.**

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que Vossa Senhoria reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não acontecer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93, observando-se ainda o § 3º, do mesmo artigo.

Por fim, em caso de indeferimento ou de ausência de resposta ao presente recurso no prazo previsto, a recorrente requererá as providências cabíveis ao Tribunal de



Contas do Estado de Santa Catarina, conforme lhe autoriza o § 1º, do art. 113, da Lei nº 8.666/1993.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Criciúma/SC, 11 de outubro de 2021.

Bruno Bianchin Machado  
Administrador